



# CARIBEÑA DE CIENCIAS SOCIALES

latindex IDEAS EconPapers DOAJ Dialnet ÍNDICES CSIC

## OPERACIONALIZAÇÃO E EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O CASO DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ILHÉUS-BA

**Eli Cristina de Carvalho Souza**Licenciada em Pedagogia, Especialista em Gestão Pública  
Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)**Jessely Trindade Clement**Bacharela em Administração, Especialista em Gestão Pública  
Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)**Murilo Barreto Santana**Doutor em Administração, professor do Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis  
Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Eli Cristina de Carvalho Souza, Jessely Trindade Clement y Murilo Barreto Santana: "Operacionalização e efetivação da política de educação inclusiva: o caso de uma escola municipal de ILHÉUS-BA", Revista Caribeña de Ciencias Sociales (vol 10, Nº 2 febrero 2021, pp. 85-97). En línea: <https://www.eumed.net/es/revistas/caribena/febrero-21/politica-educacao-inclusiva>

### RESUMO

A educação inclusiva, diante da importância social envolvida, ganha cada vez mais destaque na literatura nacional e internacional. Este artigo objetiva analisar os avanços promovidos pela educação inclusiva na escola de Ilhéus-BA, bem como os aspectos operacionais limitam a efetivação das políticas públicas de inclusão. Como forma de chegar aos resultados esperados, a os dados coletados por meio de observação, bibliográfica e documental foram analisados qualitativamente. Como resultados observou-se que existem condições favoráveis ao desenvolvimento da educação inclusiva na escola pesquisada. Todavia, existem também aspectos operacionais que limitam a concretização da política de inclusão, a exemplo dos problemas e da falta de infraestrutura e materiais exclusivos. Conclui-se, portanto, que algumas questões operacionais contribuem e também atrapalham o correto desenvolvimento das políticas educacionais

**Palavras-chave:** Educação inclusiva, Política pública, Operacionalização e efetivação.

### OPERATIONALIZATION AND IMPLEMENTATION OF THE EXCLUSIVE EDUCATION POLICY: THE CASE OF A MUNICIPAL SCHOOL IN ILHÉUS-BA

## **ABSTRACT**

Inclusive education, given the social importance involved, is increasingly highlighted in national and international literature. This article aims to analyze the advances promoted by inclusive education in the school in Ilhéus-BA, as well as the operational aspects that limit the effectiveness of public inclusion policies. As a way of reaching the expected results, the data collected through observation, bibliographic and documentary were analyzed qualitatively. As a result, it was observed that there are favorable conditions for the development of inclusive education in the researched school. However, there are also operational aspects that limit the implementation of the inclusion policy, such as the problems and the lack of exclusive infrastructure and materials. It is concluded, therefore, that some operational issues contribute and also hinder the correct development of educational policies

**Keywords:** Inclusive education, Public policy, Operationalization and effectiveness.

## **OPERACIONALIZACIÓN E IMPLEMENTACIÓN DE LA POLÍTICA DE EDUCACIÓN INCLUSIVA: EL CASO DE UNA ESCUELA MUNICIPAL EM ILHÉUS-BA**

### **RESUMEN**

La educación inclusiva, dada la importancia social que conlleva, se destaca cada vez más en la literatura nacional e internacional. Este artículo tiene como objetivo analizar los avances que promueve la educación inclusiva en la escuela de Ilhéus-BA, así como los aspectos operativos que limitan la efectividad de las políticas públicas de inclusión. Como forma de alcanzar los resultados esperados, se analizaron cualitativamente los datos recolectados mediante observación, bibliográfica y documental. Como resultado, se observó que existen condiciones favorables para el desarrollo de la educación inclusiva en la escuela investigada. Sin embargo, también existen aspectos operativos que limitan la implementación de la política de inclusión, como los problemas y la falta de infraestructura y materiales exclusivos. Se concluye, por tanto, que algunas cuestiones operativas contribuyen y también dificultan el correcto desarrollo de las políticas educativas.

**Palabras clave:** Educación inclusiva, Políticas públicas, Operacionalización y efectividad.

### **1. INTRODUÇÃO**

A escola é o ambiente propício para aprender a conviver com as diferenças, pois contribui para construção de uma sociedade igualitária. Ela possui o papel social de formar por ser um espaço que agrega a todos sem distinção e coopera na formação dos cidadãos críticos. Do mesmo modo, proporciona ao educando o reconhecimento e a valorização das suas potencialidades (RODOPOLI, 2010 p.10). Pela tamanha importância na vida social dos indivíduos, espera-se que a escola e a educação consigam ser bastante inclusivas.

Um ambiente educacional inclusivo demanda a promoção de práticas educativas e ações conciliáveis com a inclusão, tal como, o envolvimento de todos os profissionais que constituem a unidade escolar tencionando viabilizar um ensino de qualidade para todos. Desde a criação da lei de Diretrizes e Base LDBEM 9394/96 e da Declaração de Salamanca, políticas e ações na área de Educação Especial Inclusiva ganharam destaque. No entanto, para que inclusão escolar seja uma realidade, não basta apenas estar prescrita no planejamento estratégico e nos documentos legais, mas necessita de transformações significativas e fundamentais no sistema educacional que permitam sua inteira implementação operacional.

A inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais e os problemas em operacionalizar as políticas inclusivas tem instigado discussões teóricas e empíricas. Existem ainda lacunas a serem exploradas dentro da literatura desse tipo de políticas públicas, o que justificam estudos como este.

Por meio da operacionalização de educação inclusiva numa escola de Ilhéus, este artigo tem o objetivo de analisar os avanços promovidos pela educação inclusiva na escola de Ilhéus-BA, bem como os aspectos operacionais limitam a efetivação das políticas públicas de inclusão. Visa, portanto, estudar a relação entre as ações operacionais realizadas na escola e a correta realização das atividades planejadas estrategicamente pelas políticas.

O que remete abordar este tema proposto é a reflexão acerca da educação inclusiva, analisando as legislações que regulamentam e embasam as suas políticas públicas. Consequentemente a pesquisa acaba por avaliar a qualidade do planejamento e das metas e objetivos estabelecidos pelas políticas. Ademais, acabam por analisar também quais as contribuições da política pública de educação inclusiva no âmbito da escola municipal pesquisada.

Este artigo, além dessa introdução, é composto por mais quatro seções. A primeira apresenta o referencial teórico que serve como arcabouço para esta pesquisa. A segunda discute os procedimentos metodológicos utilizados, com especial atenção a como foram coletados e analisados os dados. A quarta seção apresenta os principais resultados da pesquisa por meio de duas subseções. Por sua vez, a quinta seção traz as considerações finais.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

A educação inclusiva é um ato social de grande importância no debate das políticas públicas de educação. Historicamente, o movimento de inclusão das pessoas com deficiência iniciou-se com a observação da existência discriminatória da escola e da sociedade. Nessa época, a escolarização se limitava apenas a um grupo seletivo e homogêneo de pessoas, ou seja, os indivíduos que não pertenciam a esse grupo eram excluídos. A partir dessa premissa, surge a tese da contradição inclusão/exclusão, resultando na necessidade de democratizar o acesso ao ensino. (Mendes, 2006)

No Brasil, as primeiras iniciativas para inclusão de pessoas com deficiências, foram na época

do Império com a criação de duas instituições. A primeira foi o Imperial Instituto dos Meninos Cegos criada em 1854, atualmente é o Instituto Benjamin Constant - IBC, sendo uma instituição de ensino para deficientes visuais. Após três anos, houve a inauguração da segunda instituição denominada de Instituto dos Surdos Mudos em 1857, atualmente é o Instituto Nacional da Educação dos Surdos - INES, ambos localizados na cidade do Rio de Janeiro, posteriormente várias outras instituições especializadas de ensino foram criadas para pessoas com algum tipo de deficiência (Ministério da educação, 2008).

O início do processo de democratização da escola passou, aos poucos, a incluir o acesso das pessoas com algum tipo de deficiência, mas o movimento era muito mais de integração do que de inclusão do aluno. Apesar disso, esse período foi essencial no fomento das futuras legislações e políticas educacionais de inclusão (Brasil, 2007).

Segundo Stainback (1999), o ensino inclusivo deve preceder de uma política pública que prática a inclusão de todos independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural em escolas e salas de aula provedoras, almejando satisfazer todas as necessidades dos alunos sem distinção de forma gradual.

De acordo com Rodopoli (2010), a Educação Especial é uma modalidade de ensino que precisa ser elemento necessário no Projeto Político Pedagógico - PPP, com o propósito de que seus serviços sejam implementados na concepção de educação inclusiva, como presume a Política Nacional de Educação Especial. Na legislação educacional é evidente no que menciona a condição da escola possuir o Projeto Político Pedagógico - PPP, a mesma não pode se isentar da responsabilidade efetuada com a sociedade de formação e de avanço da educação, conforme planejado.

A educação inclusiva visa diminuir as diferenças entre indivíduos por meio de adaptações ao cotidiano dos alunos no intuito de que eles participem com igualdade do processo educacional. Assim, a educação inclusiva é vista como um direito de todos. E o atendimento educacional às pessoas especiais em ambiente escolar comum ou em grupos é uma prioridade das políticas educacionais no país. De acordo com Brasil (2002, p. 05), “a educação escolar tem uma tarefa clara em relação à diversidade humana: trabalha-la como fator de crescimento de todos no processo educativo”

A política pública de educação inclusiva no Brasil se constitui fundamentada na concepção de direitos humanos, conjugando a igualdade e diferença como valores indissociáveis, avançando em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (Brasil, 2008, p. 1). Assim, segundo Mantoan (2006), o planejamento e a implantação de políticas educacionais para atender os alunos com necessidades educacionais especiais requerem um domínio conceitual sobre inclusão escolar e a definição dos princípios e diretrizes nos planos educacionais de ensino.

A compreensão de educação inclusiva que norteia as políticas educativas rompem com um caminho de exclusão e segregação dos indivíduos com necessidades educacionais especiais. A educação inclusiva modifica as práticas pedagógicas com intuito de assegurar a igualdade de acesso e constância na escola, por via da matrícula dos alunos especiais na rede regular de ensino e na

viabilização do atendimento especial (Brasil, 2010).

As políticas públicas de educação inclusiva surgem no Brasil por intermédio da Constituição Federal, e são desenvolvidas, em especial, pela Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº9394/96), Declaração de Salamanca e nas demais legislações pertinentes aos portadores de deficiência. Essa legislação preconiza e recomenda o Atendimento Educacional Especializado (AEE) deste aluno, com foco na adaptação de recursos e metodologias de ensino no âmbito escolar. Assim como advertem para o risco de se efetivar a inclusão apenas, através da matrícula no ensino regular, sem considerar as suas competências e especificidades dos educandos (Góes & Laplane, 2007). A seguir são apresentadas as principais leis a respeito do assunto.

## **2.1 Legislação a respeito da educação inclusiva**

Na perspectiva da legislação da política pública de educação inclusiva houve uma grande contribuição com os avanços obtido no ordenamento jurídico efetivando uma educação inclusiva que contempla a diversidade da condição humana, e resultando em uma sociedade que compreende o significado de acesso educacional para todos.

Conforme Brasil (2010), o país tem se destacado pelos avanços referentes à concretização dos direitos de todos à educação, acordado pela Constituição Federal e alicerçado no parâmetro da inclusão, nos direitos fundamentais e na articulação entre o direito à igualdade e à diferença, nos quais expandiram possibilidades para a mudança dos sistemas educativos em sistemas educativos inclusivos.

A Constituição Federal demonstra que a educação exerce um papel fundamental, diante das constantes violações dos direitos fundamentais aos portadores de deficiência. A educação assumiria uma função reflexiva e questionadora possibilitando a conscientização humana dos direitos que lhe são inerentes ao cidadão, assim como, ao adotar novas práticas inclusivas que de modo efetivo viabilize as políticas inclusivas na escola.

A Constituição Federal prevê que o direito a educação de todos será assegurado quando a escola comum se tornar inclusiva, sendo que a medida que é ampliado a qualidade da educação se reduz as desigualdades sociais e resulta na construção de práticas educacionais inclusivas. Nesse sentido, a Constituição Federal (1988) dá ênfase aos direitos fundamentais e expande a importância da educação para todos os cidadãos, em seu artigo 2º regulamenta que “Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde (...)”.

Por meio da Constituição Federal e dos direitos estabelecidos por ela, são desenvolvidas leis mais específicas de atenção a educação inclusiva, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases e da Declaração de Salamanca.

A atual Lei de Diretrizes de Bases (Lei nº 9394/96), no artigo 4º, §3, prescreve que é incumbência do Estado assegurar o atendimento educativo e gratuito aos alunos com necessidades

educacionais especiais, de preferência na rede regular de educação pública. Além disto, dentre os artigos relacionados a educação especial, o artigo 58, § I, determina que haverá serviço educacional especializado quando for preciso para o atendimento específico de cada aluno com necessidade especial.

Art. 59 – Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: II currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender as suas necessidades; II- terminalidades para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados (LDB, 1996).

A LDB teve relevância determinante nas transformações sucedidas no ensino regular, pois contribuiu para o avanço no sistema de ensino principalmente no que se relaciona a universalização e a diversidade. Possibilitou ainda para que os alunos especiais fossem inseridos na educação básica juntamente com os demais alunos não especiais.

Na elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o destaque está posto na função da escola de se organizar para atender todos os alunos viabilizando condições de aprender conforme suas competências, sem diferenças e com adaptações. Todavia, no ambiente escolar vigente, existe muitas barreiras e incompreensão que continua impedindo a efetivação da inclusão no âmbito escolar.

Por sua vez, a Declaração de Salamanca (1994) preza que todos os cidadãos com necessidades educacionais especiais, devem ter acesso a escola comum, adequando o ambiente a partir de uma prática pedagógica que corresponda às suas necessidades educacionais. Do mesmo modo, a escola comum necessita conscientizar o educando que ela é um espaço de exercício democrático, da aceitação das diferenças visando propiciar um ambiente acolhedor e inclusivo que impossibilite a prática de atitudes discriminatórias no cotidiano escolar.

O princípio fundamental da escola inclusiva enfatizado na Declaração de Salamanca é que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independente da sua dificuldade ou diferença que apresente. Para construir uma sociedade integradora a Declaração de Salamanca descreve a integração escolar como uma forma de inclusão educacional para todos os âmbitos da vida social, conforme Brasil (1994, p.23):

As escolas integradoras constituem um meio favorável à consecução da igualdade de oportunidades da completa participação; mas, para ter êxito, requerem um esforço comum, não só dos professores e do pessoal restante da

escola, mas também dos colegas, pais, famílias e voluntários. A reforma das instituições sociais não só é uma tarefa técnica, mas também depende, antes de tudo, da convicção, do compromisso e da boa vontade de todos os indivíduos que integram a sociedade.

A Declaração de Salamanca sempre que se reporta aos fundamentos, as políticas e práticas no âmbito das necessidades educacionais especiais, faz a exigência que os Estados garantam a educação de sujeitos com deficiências, sendo um elemento integrante do sistema educativo. De fato, a Declaração de Salamanca possibilitou a consolidação da educação inclusiva e prováveis mudanças na política educacional que instituiu a reformulação dos estabelecimentos de ensino norteada para uma prática inclusiva.

### **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Segundo Birochi (2015), cada caminho e cada escolha metodológica realizada pelo pesquisador pressupõem um conjunto de etapas a serem cumpridas, sendo que a ciência da administração se constitui de uma rica dinâmica dialógica entre a teoria e a prática, que forma a base essencial do conhecimento administrativo.

Quanto à forma de abordagem da pesquisa foi utilizado a pesquisa qualitativa, que desenvolveu o estudo das variáveis não mensuráveis encontrada durante a pesquisa de campo. Os procedimentos adotados na metodologia dessa pesquisa permitem classificá-la como exploratória, descritiva, bibliográfico e pesquisa de campo.

A estudo foi realizado em uma escola municipal localizada na cidade de Ilhéus-Bahia. A escola possui um total de 280 alunos entre Ensino Fundamental I e o EJA (1º ao 5º ano), funcionando nos turnos matutino das 07:00 às 11:30 horas, vespertino das 13:00 às 17:00 horas e noturno das 19:00 horas às 21:30.

A pesquisa de campo ocorreu na sala de recursos multifuncionais com os alunos e professores da educação Especial no contexto escolar. Segundo Vergara (2005), a pesquisa de campo é uma forma de investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno, utilizando de elementos para explicá-lo. De acordo com Piana (apud Gonçalves 2001, p.67), a pesquisa de campo pretende procurar a informação de forma direta com os indivíduos pesquisado. Sobretudo demanda do pesquisador uma aproximação mais direta. Nesse fato, o pesquisador necessita estar no local em que ocorreu o acontecimento e agregar o conjunto de informações a serem registradas. O campo proporcionou o entendimento das ações para efetivação do Atendimento Educacional Especializado - AEE e das demandas no sucesso da participação de todos os profissionais da educação para que de fato a escola seja plenamente inclusiva.

Foram observados e consultados todos os profissionais especialistas da educação especial do

Centro de Referência à Inclusão Escolar -CRIE que atuam na Sala Multifuncional da unidade escolar no mês de agosto do ano de 2019. Observou-se ainda todos os materiais didáticos e pedagógicos, os recursos acessíveis e equipamentos específicos para o atendimento aos estudantes que são público alvo da educação especial em turno oposto à escolarização.

Após a coleta de dados promovida pelo estudo de campo, buscou-se analisar as informações coletadas. Conforme Birochi (2015), é preciso ter cautela ao interpretar e analisar os dados, pois outros fatores não contemplados no experimento como fatores exógenos, podem influenciar no resultado final, induzindo o pesquisador a conclusões erradas ou incompletas. Tomadas os cuidados necessários para análises e buscando evitar vieses, os pesquisadores desenvolveram uma análise totalmente qualitativa dos dados. Por meio de análise de conteúdo e análise dos discursos, os dados foram agrupados formando uma base documental que permitiu construir os resultados almejados pela pesquisa.

## **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **4.1 Dos avanços promovidos pela educação inclusiva na escola de Ilhéus-BA**

Apesar da necessidade constante de melhorias, a pesquisa de campo constatou um avanço significativo na aprendizagem dos alunos especiais na escola pesquisada. O ambiente tem proporcionado o desenvolvimento da autonomia desses indivíduos como forma de reduzir um pouco suas limitações.

A escola municipal do estudo de caso destaca que as limitações dos alunos são consideradas apenas uma informação sobre ele, sendo utilizada somente para a elaboração do planejamento do ensino inclusivo. A ênfase do aprendizado recai sobre a identificação de suas possibilidades, culminando com a construção de alternativas para garantir condições favoráveis à a autonomia escolar e social dos alunos.

Todos os profissionais da educação que constituem a unidade escolar têm conhecimentos das principais legislações legais, a prática educativa é embasada nos parâmetros de inclusão e nos direitos humanos. Sendo assim, a escola viabiliza a matrícula no ensino regular de alunos com deficiência e também proporciona aos mesmos um Atendimento Educacional Especializado - AEE direcionado a necessidade educacional específica do educando.

Vale ressaltar que há a promoção da inclusão escolar por meio do acesso e da participação nas atividades escolares do educando no sentido inclusivo articulado. Essa ação de inclusão envolve é desenvolvida em parceria com alunos, docentes, professores da educação especial, e a família com a finalidade de oportunizar a aprendizagem, interação social e a acessibilidade de todos no processo educativo.

A escola municipal pesquisada se embasa no documento da Declaração de Salamanca. Proclama assim que as instituições educacionais representam um meio mais eficaz de combater as

atitudes discriminatórias, ressaltando o acolhimento gratuito a todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, sociais, emocionais e linguísticas. Busca-se agregar a todos sem diferenciação e preparando os discentes para o exercício pleno da cidadania.

À época da pesquisa, a escola municipal pesquisada possuía em seu quadro de alunos especiais, discente com deficiência física, deficiência auditiva, deficiência visual, Síndrome de Down e Transtorno Espectro Autista. Todos eles são integrados com os demais alunos e profissionais da educação. Assim, todos os alunos especiais que estão inseridos na sala regular possuem ainda um professor da educação especial para que o auxilie na sala de aula de forma específica, mediando o processo educativo inclusivo. Esses professores acompanham o desenvolvimento do aluno especial muitas vezes por meio da socialização com demais atores da escola e também por meio de jogos acessíveis que abordem o conteúdo dado pelo professor comum.

O processo educacional inclusivo no cotidiano escolar acontece em conjunto na sala de aula ficam dois professores, sendo um de educação regular e outro da educação especial. Eles promovem o suporte pedagógico às crianças especiais utilizando-se de recursos adaptados e outros materiais didáticos, tais como: textos ampliados, livros, músicas, aparatos tecnológicos e jogos pedagógicos acessíveis. A ideia é viabilizar o atendimento e avanço na aprendizagem dos educandos com necessidades educacionais especiais a partir de suas especificidades e potencialidades.

Desse modo, o Atendimento Educacional Especializado – AEE funciona com eficiência na escola. O desenvolvimento do trabalho pedagógico acontece de forma planejada, organizada e articulada entre o professor da sala regular com o professor da educação especial, que acompanha este aluno na sala de aula, visando de fato a evolução do aluno na aprendizagem. No entanto, apesar de certa qualidade no oferecimento de uma educação inclusiva, esta pesquisa identificou que ainda existem metas e objetivos da educação inclusiva que pensadas estrategicamente pelas políticas públicas, são difíceis de serem desenvolvidas operacionalmente na prática. Visando uma melhor compreensão a respeito de como os aspectos operacionais contribuem ou dificultam a efetivação das políticas públicas de inclusão, apresenta-se o próximo tópico.

#### **4.2 Das questões operacionais que limitam a efetivação das políticas**

Apesar de estar alicerçada em legislações legais, dispor de professores auxiliares da educação especial e o Atendimento Educacional Especializado - AEE no turno inverso do período escolar para o aluno especial, o processo de educação inclusiva não se efetivou totalmente na prática da escola pesquisada.

De acordo a Lei de Diretrizes de Bases (Lei nº 9394/96) no artigo 59, a matrícula do aluno especial está vinculada ao ensino regular e a oferta do Atendimento Educacional Especializado - AEE, sendo ambas matrículas obrigatória ao sistema educativo, porém a frequência ao AEE é opção do educando, pais ou responsáveis. Nesse sentido, observou-se um retrocesso no serviço especializado na

unidade escolar da cidade de Ilhéus - Bahia em consequência da falta de assiduidade do aluno ao atendimento.

A falta de acessibilidade na arquitetura escolar é outro importante aspecto que inviabiliza o processo de inclusão escolar nesse estudo de caso. As dificuldades referentes a barreiras arquitetônicas e a falta de infraestrutura escolar inviabilizam o processo de inclusão no cenário educacional. A escola de Ilhéus necessita de adaptação física através da construção de rampas, piso tátil em pvc, banheiros com barras adaptadas, escada com degraus em cor contrastantes para espaço sem barreiras físicas. Nesse sentido, é crucial o investimento na infraestrutura escolar, ou seja, a administração pública deve utilizar melhor os recursos disponíveis, priorizando construir escolar sem barreiras arquitetônicas tencionando propiciar ao educando uma educação de qualidade no espaço escolar.

É preciso eliminar as barreiras arquitetônicas nesta unidade escolar para uma perspectiva inclusiva, direcionada alunos com ou sem necessidades educacionais especiais conforme estabelecido nas normas da ABNT e na NBR 9050/2004 acerca das orientações e condições para a acessibilidade. Nesse sentido, adaptar o âmbito escolar é imprescindível porque as barreiras físicas impossibilitam a participação, o cumprimento das atividades e a interação dos alunos na escola.

A última reforma realizada em 2016 pela Gestão Pública Municipal de Ilhéus não teve um cuidado de pensar o aluno especial. Assim, a escola foi reformada pensando apenas nos alunos regulares e sem necessidades especiais. No entanto, a escola municipal deste estudo de caso, encontra-se no Cronograma de Agendamento Educacional dentre as escolas a serem reformadas pela Prefeitura Municipal de Ilhéus. Existe uma solicitação da escola de implantação de infraestruturas especiais, mas a prefeitura municipal ainda não teria autorizado.

Além das questões apontadas, existe ainda a necessidade de compra de equipamentos e mobiliários educacionais específicos, com texturas, cores acessíveis a fim de que sejam utilizados pelos alunos que compõem a unidade escolar. Os materiais para alunos especiais normalmente devem ser financiados pelos poucos recursos financeiros disponíveis na escola. O que acabam por reduzir a quantidade e a qualidade dos produtos comprados para esse fim.

As necessidades arquitetônicas e de materiais e equipamentos referem-se, no fim das contas, ao problema da falta de recursos financeiros. Caso os orçamentos escolares pudessem ser mais efetivos na realização das demandas, esse problemas teriam uma influência muito menor na qualidade da educação inclusiva presta pela escola de Ilhéus.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A inclusão educacional se revela como um caminho que constroi-se para compreender a todos no processo de desenvolvimento democrático. Durante muito tempo, enfrentou-se obstáculos para mudar as condições excludentes de ensino e aprendizagem, atualmente esses desafios foram reduzidos, mas ainda é preciso adaptar o processo de inclusão educacional a realidade do cotidiano desses alunos

e professores.

Apesar dos avanços na implementação de documentos legais direcionado para a inclusão escolar, torna-se imprescindível que a escola mude para atender melhor a todos com o propósito de construir uma educação ideal em que inclua e viabilize o acesso à educação. Bem como, na sua organização propicie a cada educando independente da deficiência a condição uniforme de aprendizagem de acordo com suas necessidades.

A construção de uma escola inclusiva é um desafio que pode ser superado com esforço e compromisso de todos. Deste modo, é preciso atentar a melhorias nas condições de acesso, dos materiais específicos e da permanência na escola, bem como, as práticas baseadas nos valores humanos como a ética, o respeito e a tolerância.

Esta pesquisa observou que o papel dos pais/responsáveis é fundamental nesse processo de aprendizagem e desenvolvimento, sendo tarefa da escola conscientizar o responsável pelo educando sobre a importância da frequência no Atendimento Educacional Especializado - AEE para obtenção do progresso diário sem interrupção por assiduidade. A escola precisa buscar estabelecer uma parceria com os pais e conscientizá-los em relação as suas conquistas e aos insucessos vivenciados diariamente pelo seu filho, com intuito de ajudar ao professor a entender o universo da criança e colaborar de forma personalizada para o progresso do processo inclusivo.

Cabe ressaltar que o investimento em uma infraestrutura adequada a prática do ambiente inclusivo é de extrema importância para melhora o resultado da aplicação da educação inclusiva no ambiente escolar pesquisado. Além do mais, deve-se atentar para a importância do investimento em materiais exclusivos para atender as necessidades particulares dos alunos especiais. E, inevitavelmente, as questões relativas a infraestrutura e materiais se dão por conta dos insuficientes orçamentos escolares.

Portanto, o cenário educacional inclusivo deve propiciar não meramente o acesso físico. Deve viabilizar a participação nos distintos exercícios escolares para todos os atores da escolas (alunos, profissionais da educação e familiares). O ensino inclusivo na escola municipal pesquisada é enriquecedora em grau de aprendizagem e estimula atitudes, habilidades e valores necessários para uma comunidade que apoia a inclusão de todos os cidadãos. Apesar de desempenhar essa importante função social, a escola ainda precisa de um maior suporte dos poderes públicos como forma de desenvolver a sua função.

Diante do exposto é possível concluir que, apesar dos diversos avanços na educação inclusiva da escola pesquisada, existem aspectos operacionais que dificultam a total e correto execução das políticas educacionais. Por fim, alguns entraves podem ter limitado a escrita deste artigo, como pro exemplo a limitação de não ter acesso a documentos e orçamentos da escola municipal pesquisada. Todavia, esse problema pode ainda ser visto como uma nova oportunidade de desenvolvimento de estudos futuros. Como sugestão para novas análises, indicam-se pesquisas mais amplas, com maior número e representatividade de escolas e que sejam capazes de abordar resultados empíricos.

## REFERÊNCIAS

- Birochi, Renê. (2015). “Metodologia de estudo e de pesquisa em Administração”. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC; Brasília: CAPES: UAB.
- Bischinger, Marta. (2009). “Manual de acessibilidade espacial para escolas: o direito à escola acessível”. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 115 p.
- Brasil, Constituição (1988). “Constituição da República Federativa do Brasil”. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 292 p.
- Brasil, Ministério da Educação (1994). “Declaração de Salamanca: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais”. Salamanca. Recuperado em 19/08/2018 de <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>.
- Brasil, Ministério da Educação. (2002). “Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica”. 2º ed. São Paulo: Secretária de Educação Especial - MEC; SEESP.
- BRASIL. Ministério da Educação. (1996). “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional”, *LDB Lei 9.394*.
- BRASIL. Ministério da Educação. (2008). “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”. *Inclusão: revista de educação especial*, v.4, n 1, janeiro/junho. Brasília: MEC/SEEP.
- Brasil (2008b). “Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva”. Brasília. Recuperado em 28/08/2018 de <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducoespecial.pdf>.
- Brasil. Ministério da Educação. (2010). “Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 73 p.
- Gil, Antonio C. (2010). “Como elaborar Projetos de Pesquisa”. 5 ed. São Paulo. Atlas.
- Góes, Maria Cecília Rafael de; Laplane, Adriana Lia de Frizman. (2007). “Políticas e práticas de educação inclusiva”. *Coleção educação contemporâneo - 2º ed.*, Campinas, São Paulo: Autores Associados.
- Goldemberg, José. (1993). “O repensar da educação no Brasil”. *Estudos avançados*. vol.7, no.18, São Paulo, May/Aug. Recuperado em 10/10/2018 de <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141993000200004>.
- IBGE (2012). “Censo Brasileiro de 2010”. Rio de Janeiro: IBGE.
- Mantoan, Maria Teresa Eglér. (2006). “Inclusão escolar: pontos e contrapontos”. São Paulo: Summus.
- Mazotta, Marcos José Silveira. (2005). “Educação especial no Brasil: História e políticas públicas”. 5º ed.- São Paulo: Cortez.
- MENDES, Enicéia Gonçalves. (2006). “A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil”. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2006, vol.11, n.33, pp.387-405.

- Piana, Maria Cristina. (2018). "A pesquisa de campo. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional". São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: *Cultura Acadêmica*. Recuperado em 27/07/2018 de <http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-06.pdf>.
- Rodopoli, Edilene Aparecida. (2010). "Educação Comum Inclusiva". Edição. Brasília: Secretaria de Educação.
- Stainback, Suzan; Stainback, William. (1999). "Inclusão: um guia para educadores". Porto Alegre: Artmed.
- Vergara, Sylvia Constant. (1998). "Projetos e relatório de pesquisa em Administração". 2 ed. São Paulo: Atlas.